LUCAS FERREIRA CABREIRA

**CONTROLE OPERÁRIO E FORMA JURÍDICA: estudo sobre a luta pela
estatização sob controle dos trabalhadores na fábrica Flaskô**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Vieira de Oliveira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2016

LUCAS FERREIRA CABREIRA

**CONTROLE OPERÁRIO E FORMA JURÍDICA: estudo sobre a luta pela
estatização sob controle dos trabalhadores na fábrica Flaskô**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob a orientação do Professor Associado Dr. Paulo Eduardo Vieira de Oliveira.

São Paulo-SP

2016

Autorizo a reprodução e divulgação parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Cabreira, Lucas Ferreira.

Controle operário e forma jurídica: estudo sobre a luta pela estatização sob controle dos trabalhadores na fábrica Flaskô / Lucas Ferreira Cabreira. – São Paulo: [s.n.], 2016.

189 f.

Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito; Departamento de Direito do Trabalho e Seguridade Social. Área de Concentração: Direito do Trabalho.

Orientador: Paulo Eduardo Vieira de Oliveira.

1. Controle Operário; 2. Estatização 3. Direito do Trabalho 4. Complexo Flaskô

CDD –

Nome: CABREIRA, Lucas Ferreira.

Título: CONTROLE OPERÁRIO E FORMA JURÍDICA: estudo sobre a luta pela estatização sob controle dos trabalhadores na fábrica Flaskô

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob a orientação do Professor Associado Dr. Paulo Eduardo Vieira de Oliveira.

Aprovado em:

Banca Julgadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Dedico este trabalho às lutadoras e aos
lutadores incansáveis da Ocupação Esperança,
na cidade de Osasco-SP. Fogo nenhum vai
destruir essa Esperança!*

Marcha à esquerda

*Meia volta volver!
Intrigas verbais não tem lugar.
Silêncio, tribunos!
Com
a palavra
a camarada mauser.
Chega de viver sob leis
dadas por Adão e Eva.
Dirigiremos o pilungo da história.
Esquerda!
Esquerda!
Esquerda!*

*Ei macacões azuis
Pairem
Além dos oceanos!
Ou os navios no ancoradouro estão cravados?!
Que ao mostrar os dentes da coroa
gema o leão britânico.
A comuna não se resignará.
Esquerda!
Esquerda!
Esquerda!*

*Lá além dos montes do pesar
um ensolarado infinito.
Além da fome
além do mar de pragas
milhões imprimem seus passos!
Que os mercenários nos sitiem
derramando seu aço frio.
A Rússia não se submeterá à Entente.
Esquerda!
Esquerda!
Esquerda!*

*Esmoreceu o olhar da águia?
Permanecerá fitando o antigo?
Agarrem,
dedos do proletariado,
o mundo pela garganta!
Peito para frente!
Cubram o céu os estandartes!*

Quem marchará à direita?

Esquerda!

Esquerda!

Esquerda!

Vladimir V. Maiakovskii

AGRADECIMENTOS

Certa vez, ainda no começo do mestrado, assistia a uma defesa de dissertação quando, em meio aos apontamentos sobre o trabalho, o professor afirmou categoricamente que fazer uma dissertação era “um trabalho solitário”. Embora eu reconheça que, não em raros casos, pesquisas acadêmicas demandem dias de isolamento do(a) pesquisador(a) para ficarem prontas, me sinto obrigado a discordar deste professor. Creio que pouco do que está consubstanciado nesta dissertação foi fruto exclusivo do meu “trabalho solitário”. As pessoas com quem convivi, o(a)s colegas que empreenderam centenas de debates no decorrer dos anos, o(a)s professore(a)s, o(a)s lutadore(a)s dos movimentos sociais, esses sim, me parece são os maestros que orquestraram as ideias que me esforcei para traduzir na forma de uma dissertação.

Há, contudo, aqueles que, para além desta pesquisa, me ajudaram a crescer como pessoa. Sem o imenso amor da minha família, não haveria o menor fundamento para chegar até aqui. Por isso, devo consignar minha gratidão, antes de qualquer um, à Luiz Antônio Sobreiro Cabreira. Operário da educação, é (e será) meu insuperável mestre, responsável por, desde muito cedo, me direcionar (e direciona até hoje) pelos caminhos corretos da vida e, sobretudo, por me ensinar a enxergar as verdadeiras engrenagens desse sistema-mundo que vivo. Serei eternamente grato, pai.

Por outro lado, sou igualmente grato a minha mãe, Iranilde Ferreira Cabreira, que apesar da desconfiança com relação a minha habilidade enquanto motorista, foi sempre incondicional apoiadora dos meus projetos e escolhas, e me deu suporte nos momentos bons e ruins.

Não posso deixar de registrar como o mestrado foi um momento ímpar de aprendizado. Apesar das limitações e dos inúmeros problemas que a Faculdade de Direito da USP possui, tomar contato com inúmeros grupos de pesquisa, com uma vida política pulsante, e participar de disciplinas ofertadas na pós-graduação, proporcionaram um ambiente de extrema fecundidade para meu amadurecimento intelectual.

Neste sentido, registro que no Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital (GPTC) pude conviver com pessoas incríveis que enriqueceram minha trajetória acadêmica, como Paulo Yamamoto, Ana Bianchi, Noa Piatã, Pedro Tarozzo, Regina Stela, Gabriel Franco, Flávio Leme,

Ana Beatriz Koury, Wesley Ulisses, Carla Rusig, Thamiris Molitor, Lara Porto, Cláudio Renno, Alessandro Silva, Valdete Severo, Janaína Vieira, Marilu Freitas, Mariana Benevides, Laura Carvalho, Giovana Labigalini, Patrícia Amaral, Francisco Pereira da Costa, Felipe Vasconcellos, Fernando de Araújo, Flávia Maria Pereira, Bia Diniz, Bruno Rodrigues, Diana Assunção, Vitor Teixeira, e tantos outro(a)s.

Deixo também meu agradecimento pelo convívio e profícuos debates com os colegas do Núcleo de Estudos Sobre Teoria e Prática da Greve no Direito Sindical Brasileiro Contemporâneo (NETEPGreve), dentre ele(a)s Alexandre de Chiara, Erica Meireles, Gabriella Fontes, Juliana Filgueiras, Zeca Babion, Thiago Clemente, Sabrina Marcelino, Regiane Macedo, Cesar Lignelli, Túlio de Andrade, Jorgiana Lozano, Tiago Saura, Danilo Corregliano (Padre), Augusto Carapiá, Luigi Rizzon, Marina Peres, Luiz Junqueira, Maria Julia Camargo, Vitor Serino, Regiane Macedo, Rodrigo Maluf, e muitos outro(a)s.

Sou grato também ao camarada Gustavo Seferian, pela companhia militante nas diversas manifestações São Paulo a fora, e pelas imprescindíveis contribuições nos momentos finais antes da qualificação. Agradeço também ao professor e amigo Flávio Roberto Batista, pelas lições valiosas sobre Hegel e dialética na disciplina “Direitos Sociais e Método” e em sua tese de doutoramento, que me foram muito úteis, e pelas sugestões sobre teoria pachukaniana quando este trabalho estava ainda no início. Agradeço, especialmente, por ter me apresentado a obra “La Légalisation de la Classe Ouvrière”, de Edelman. Também agradeço ao professor Marcus Orione que, desde o Seminário Direito e Marxismo realizado na Universidade Federal de Santa Catarina em 2013, quando me colocou em profundo (e essencial) conflito interno ao dizer que a Flaskô “não poderia ser emancipatória”, tem me auxiliado direta e indiretamente na confecção desta pesquisa. Agradeço ainda as críticas e contribuições, sempre relevantes, feitas na qualificação em momentos posteriores. Agradeço também ao professor Paulo Eduardo Vieira de Oliveira pela orientação na dissertação e pelas monitorias nas disciplinas direito processual do trabalho e direito coletivo do trabalho. Agradeço também ao professor Jorge Luiz Souto Maior pela participação e apontamentos em minha banca de qualificação.

Quero ainda registrar meu “muito obrigado” ao colega de profissão e companheiro de luta Alexandre Mandl, pelos primeiros textos de crítica ao direito, ainda em 2011 quando eu era

um aluno de graduação redescobrimo a crítica marxista, e pelas indicações bibliográficas durante o mestrado, que foram pilares na minha formação acerca das experiências de controle operário. Sou grato ainda ao(a)s bravo(a)s trabalhadore(a)s da Flaskô: Josiane Verago, Pedro Além Santinho, Rafael Dias (“Batata”), Luana Raposo e Victor Mantovani que, nas – infelizmente – poucas vezes que pude ir até lá, me apresentaram a fábrica e me receberam com muito carinho. Em especial, agradeço a Josi, por ter aberto os arquivos do Centro de Memória Operária e Popular (CEMOP) para que eu colhesse material, ainda quando o Centro estava em processo de revitalização.

Agradeço também a Guilherme Ramazzini e Guilherme Kenzo, pelas pizzas de domingo e pelo convívio cotidiano. Bem como agradeço a Ramon Alberto dos Santos pelos incontáveis debates que travamos sobre este trabalho, e pela parceria desde 2012, seja em Maringá, São Paulo, Brasília ou Rio de Janeiro. O embate entre Hart e Devlin continua!

Não menos importante neste processo foi o profundo contato com algumas lutas sociais na cidade de São Paulo. Na academia se ensina um direito teórico, e na vida forense se aprende um direito pragmático; mas nas mobilizações sociais, nas ocupações de terra, no acompanhamento de militantes presos em manifestações, no convívio com as pessoas “da quebrada”, a seletividade burguesa do direito e do Estado Democrático de Direito apresentam uma incomparável lição de “direito concreto”.

Em especial, a experiência de construção do Cursinho Popular do Capão Redondo e o envolvimento com lutadoras e lutadores destemidos da Ocupação no Jardim da União, no Grajaú, da Ocupação Esperança, em Osasco, e (muito recentemente) com trabalhadoras e trabalhadores da Retomada Cacique Verón, foram fundamentais para destruir os muros que Universidade e classe edificaram na minha consciência. Sou muito grato ao(a)s companheiro(a)s do Luta Popular Bruna Piazzzi, Helena Silvestre, Pedro Pinto, Pedro Muniz (Pedrinho), Maria Fernanda (Ma-fê), Gabriel, Gabriel (Gabiru), Paulinha Telles, Inere, Avanilson (Avana), Batista, Márcio, Dani, Leila, Sandra, Jurandi, Mara, Chantal, Kennedy, e também àquele(a)s companheiro(a)s que ajudaram a construir o Cursinho do Capão, Ana Lia e Helena (da Frente mais legal), Leo, Americano, Tâmis, Fernanda, Raissa, Ana Lu, Douglas, Gabi Alvim, Caio,

Isadora, Josi, e também à Katia e Êda por nos ter recebido de braços abertos no CIEJA Campo Limpo.

Registro também meu agradecimento ao(a)s estudantes secundaristas do Capão Redondo que foram verdadeiro(a)s professore(a)s de ação política fora das salas de aula e dentro delas (enquanto ocupadas) Mateus da Silva, Otávio Luis, Patricia Farias, e o(a)s secundaristas da Fábrica de Cultura do Capão Redondo, Lincoln, Valbert, Jady, Felipe “Terremoto”, Juan, Lucas, Nicole, e tanto(a)s outro(a)s que participaram e/ou apoiaram a ocupação da Fábrica do Capão e da Brasilândia.

Agradeço também à Anastassia Bytsenko, pela paciência para me ensinar língua russa e pela indispensável ajuda com traduções, seja no texto de Trotskii utilizado neste trabalho, seja no poema de Maiakovskii. Спасибо большое, Настя!

Sou grato também à Karina, pela enorme ajuda com as correções neste trabalho.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos concedida.

RESUMO

CABREIRA, Lucas Ferreira. Controle operário e forma jurídica: estudo sobre a luta pela estatização sob controle dos trabalhadores na fábrica Flaskô. 2016. 189 p. Grau de Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

A pesquisa teve como objeto a luta pela estatização da fábrica Flaskô sob controle dos trabalhadores, que no campo jurídico se dão em três vias: via BNDES; via desapropriação; e via adjudicação. A pesquisa assumiu o seguinte problema: considerando a estatização uma proposta pelo coletivo de trabalhadores como forma de regulamentação das relações de trabalho ainda não plenamente contemplada no ordenamento jurídico, **em que medida a luta pela estatização sob controle dos trabalhadores da Flaskô é emancipatória?** O marco teórico-metodológico assumido como guia na construção do conhecimento nesta pesquisa é o materialismo histórico-dialético. Por emancipação da classe trabalhadora, entendeu-se a destruição do comando do capital sobre a cooperação no trabalho, nos âmbitos da divisão do trabalho “na manufatura” e a divisão do trabalho na sociedade, uma consequente construção de um novo “regente” do trabalho social. Demonstrou-se que este processo perpassa pelo enfrentamento à igualdade burguesa instrumentalizada no direito e sua partícula última, indivisível: o sujeito de direito. A partir de uma detida análise do caso concreto, concluiu-se que o projeto de estatização na Flaskô, à luz do método empregado e sob as limitações bem definidas, é emancipatório sob duas perspectivas: como trincheira e como caminho. Enquanto trincheira, a Flaskô é emancipatória pois representa um pólo de resistência ao comando do capital. A condição de movimento que resiste, em si mesma, não lhe confere caráter revolucionário, mas o torna uma referência para outros movimentos. Demonstrou-se isso: a partir da opção do movimento em não abrir mão do projeto de estatização em detrimento da criação de uma cooperativa; pela ativa participação de trabalhadores da fábrica em outros movimentos de greve com ocupação; e pelo PLS nº 469/2012, que ultrapassa a causa individual da fábrica adotando uma perspectiva classista ao prever alteração do art. 2º da Lei 4.132/1962, para que seja elencado como hipótese de interesse social para fins de desapropriação todos os casos “de bens empresas abandonadas ou falidas que tenham passado a ser administradas por seus funcionários, sob qualquer modalidade de

autogestão”. Além disso, é um **caminho**, pois tensiona a forma jurídica por carregar uma perspectiva de nacionalização da economia (e não individualização) e pela intensa relação com a comunidade ao redor e outros movimentos sociais. A perspectiva de estatização enquanto início de um processo de nacionalização da economia a partir da recuperação de fábricas por trabalhadores apresenta uma possibilidade histórica de enfrentamento do comando do capital exercido pela concorrência. A perspectiva de caminho foi também verificada no projeto de criação do Complexo Flaskô, por meio do qual se pretende criar um “complexo autogestionário” que não se restringirá às atividades econômicas da fábrica, representando um rompimento inicial com a ideia de sujeito de direito. Ao transcender as relações de produção do interior da fábrica, o Complexo Flaskô coloca a gestão da produção no mesmo patamar da gestão dos interesses da comunidade como um todo.

ABSTRACT

CABREIRA, Lucas Ferreira. Workers' control and legal form: research about the struggle for nationalization under workers' control in the factory Flaskô. 2016. 189 p. Masters Degree – Faculty of law, University of São Paulo, São Paulo, 2016.

The research's aim is the Flaskô's nationalization's struggle under workers' control, specifically, the three ways of nationalization by law tried by the movement: BNDES; expropriation; award. The main research's problem: considering the nationalization as proposed by the workers' collective as a form of regulation of labor relations not yet fully contemplated in the legal system, what extent the Flaskô's struggle, in the legal field, for nationalization under workers' control is emancipatory? The construction of knowledge in this research follows the dialectical and historical materialism. The working class' emancipation meant the destruction of the command of capital over labor cooperation on the division of labor "in the manufacture" and division of labor in society, and a consequent construction of a new "regent" for social labor. It has been shown that this process runs through the confrontation with bourgeois equality, which uses law and its last, indivisible particle: the subject of law, as tools. After the analysis, one concluded that Flaskô's project of nationalization, under framework employed and under well-defined limitations, is emancipatory in two ways: as a trench and as a path. As a trench, Flaskô is emancipatory because it represents a pole of resistance to the command of capital. The resistance, itself, does not give it a revolutionary character, but it makes the factory a reference for other movements. That theses was demonstrated with the movement's option to keep the project of nationalization instead of the creation of a cooperative; by the active participation of factory's workers in other strikes with occupation; and with the PLS 469/2012, which go beyond the factory individual interests and adopts a class-based perspective with the change of art. 2 of Law n° 4,132/1962, which creates the possibility of expropriation when "abandoned or bankrupt companies that have been administered by their employees under any modality of self-management" may be listed as a hypothesis of social interest expropriation. Moreover, it is a path because it stretches the legal form because it carries economic nationalization's perspective and by its intense relationship with the surrounding community and other social movements.

The prospect of nationalization as the beginning of a nationalization as a process of factories' recovery by workers presents a historical possibility of facing the command of the capital in competition. The Flaskô's nationalization's project was also verified as a path with the Flaskô's Complex, which aims to create a "self-managed complex" not restricted to plant's internal affairs, representing an initial break with the idea of subject of law. By transcending the production relations within the factory, the Flaskô's Complex puts production management at the same level as the community's interests management as a whole.

LISTA DE SIGLAS

AEIS – Área Especial de Interesse Social	IR – Imposto de Renda
AGU – Advocacia-Geral da União	MFO – Movimento das Fábricas Ocupadas
APP – Área de Proteção Ambiental	MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Resíduo Sólido
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações	MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos
CEMOP – Centro de Memória Operária e Popular	MTD – Movimento dos Trabalhadores por Direitos
CHB – Corporação Holding do Brasil	MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho	MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas	MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	NCPC – Novo Código de Processo Civil (2016)
CPC – Código de Processo Civil de 1973	PGNF – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz	PIS - Programa de Integração Social
CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil	PLS – Projeto de Lei no Senado
CTN – Código Tributário Nacional	RO – Recurso Ordinário
DAE – Departamento de Águas e Esgotos de Sumaré	SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego
ERT – Empresas Recuperadas por Trabalhadores	TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social	
IPI – Imposto sobre Produto Industrializado	

SUMÁRIO

SOBRE ALMAS MORTAS E VIVAS	18
1. CONTROLE OPERÁRIO E FORMA JURÍDICA	24
1.1. Fetice da mercadoria, forma jurídica e sujeito de direito	24
1.2. Direito do Trabalho e forma jurídica	44
1.2.1. Trabalho capturado: contrato de trabalho e empresa capitalista	49
1.2.2. Trabalho associado capturado: as sociedades cooperativas	60
1.3. Limites e possibilidades do direito	71
2. A FÁBRICA-MOVIMENTO FLASKÔ	86
2.1. Um movimento: breves apontamentos sobre o conceito de controle operário	87
2.2. Uma fábrica: o que é e como funciona	99
2.2.1. Empresas recuperadas e o Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO)	99
2.2.2. Histórico da Flaskô	110
2.2.3. Como funciona a Flaskô	123
2.3. Uma fábrica-movimento: a Flaskô e articulações externas	130
2.3.1. A Vila Operária e Popular	132
2.3.2. O Projeto da Fábrica de Cultura e Esporte	139
2.3.3. O Centro de Memória Operária e Popular	141
2.3.4. Outras articulações	143
3. A ESTATIZAÇÃO SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES NA FLASKÔ	144
3.1. As vias adotadas	145
3.2. O Complexo Flaskô	152
4. A FLASKÔ E O DIREITO	156
4.1. Estatização sob controle dos trabalhadores e dialética	159
4.2. Uma trincheira e um caminho	164
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
ARQUIVOS E FONTES	176
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	184

SOBRE ALMAS MORTAS E VIVAS

Em 1835, depois de receber de Puchkin¹ uma sugestão de enredo, Gogol' lançou-se na escrita para criar o que seria anos mais tarde um dos principais clássicos da literatura russa: *Almas Mortas*. Segundo Paulo Bezerra², o autor tinha intenção de escrever uma “Divina Comédia russa”, e para fazê-la, Gogol' buscou basear-se em elementos que observara no cotidiano com intuito de elaborar um retrato genuíno da Rússia de seu tempo. O poema, como considerou o próprio autor, de fato proporciona ao leitor uma imersão na sociedade russa do início do século XIX. A prosa é voltada para personagem central Tchitchikov, um típico burocrata russo que, após envolver-se em escândalos de corrupção, foi expulso do serviço estatal e pôs-se em uma jornada para recolocar-se entre os estratos superiores de sua sociedade. A tática do protagonista era muito simples: comprar “almas mortas”.

Para que os elementos narrativos apresentados sejam compreensíveis, é preciso considerar que o regime de servidão só foi abolido na Rússia em 1861, por meio do Manifesto de Emancipação de 3 de março daquele ano (de acordo com o calendário juliano). Na época em que Gogol' escrevia, conforme esclarece Schnaiderman³, o termo comumente utilizado para referir-se aos servos de um proprietário era “alma”, ou seja, um senhor de terras que possuía muitos servos, dizia-se, tinha como propriedade muitas “almas”. Conforme determinavam as leis da época, o Império cobrava tributos sobre as “almas”, que eram anualmente contadas por meio de um censo oficial. Com a morte dos servos, cessava a obrigação dos senhores de terras de recolher esses tributos, entretanto, os mortos só eram assim contabilizados para efeitos tributários após a sua averiguação pelos funcionários do censo. Assim, sob o ponto de vista jurídico, contavam ainda como “vivos”. Havia, contudo, uma peculiaridade. Enquanto servos, precisavam de terras para serem alocados, entretanto, como propriedade, poderiam gerar dinheiro ao serem empenhados. Eis, então, a brecha legal para enriquecer encontrada por Tchitchikov:

---

¹ Não há, atualmente, padrão de transliteração do alfabeto russo para o alfabeto da língua portuguesa. Portanto, todos os nomes e termos russos utilizados neste trabalho, inclusive as referências bibliográficas, aparecem no presente texto transliterados diretamente de suas formas originais em alfabeto cirílico, seguindo-se o padrão de transliteração para português estabelecido em CADERNO DE LITERATURA E CULTURA RUSSA, 2004.

² 2014, p. 22.

³ 2014, p. 14.

A compra das “almas mortas” era um procedimento perfeitamente legal do ponto vista da legislação feudal russa. Os servos, registrados como vivos entre um censo e outro, mesmo que morressem nesse intervalo permaneciam vivos para o fisco e sobre eles o proprietário continuava a pagar os mesmos impostos que pagava sobre os realmente vivos. Só depois que o próximo censo os registrasse como mortos, os proprietários ficavam liberados dos impostos. Portanto, eram pessoas juridicamente vivas, ainda que fisicamente mortas. Toda essa realidade factual está amplamente documentada em certidões, relatórios, requerimentos, declarações, tratados, inventários, etc.⁴

“[...] pessoas juridicamente vivas, ainda que fisicamente mortas”: eis o grande empreendimento que o personagem aventura-se para acumular capital e ascender socialmente. Se hoje soa com certa estranheza a compra de “pessoas mortas”, também no poema os proprietários de “almas” desconfiavam da estranha oferta que lhes fazia o personagem principal. Tchitchikov, porém, não se importava com a impressão que causava às pessoas, mas com o sucesso do negócio. Para ele, o importante era ser juridicamente proprietário de “almas” para que, ao apresentar seus títulos para o órgão governamental competente, recebesse a contraprestação pecuniária que o Estado, por direito, lhe deveria. A situação fática das “mercadorias”, contudo, era irrelevante. Eis o espírito empreendedor de Tchitchikov, em suas próprias palavras:

Se eu comprar todos esses camponeses que morreram enquanto as novas listas de recenseamento ainda não foram entregues, se eu adquirir, digamos, um milheiro deles, e o Conselho de Tutela me pagar uns duzentos rublos por alma, já terei duzentos rublos de capital na mão! E agora é um momento favorável, houve ainda há pouco epidemia que matou uma boa quantidade de gente, graças a Deus. [...] Está claro que o negócio é difícil, trabalhoso, há o perigo de eu me meter de novo em palpos de aranha, se a coisa falhar e for descoberta. Mas para alguma coisa um homem é dotado de inteligência. E o melhor da história é que o assunto vai parecer inverossímil a todo mundo, ninguém vai acreditar.⁵

Tchitchikov, com sua mirabolante estratégia para acumular riquezas, representa o espírito empreendedor do capitalista. Ele encarna o obsessivo e monofônico impulso de

---

⁴ BEZERRA, 2014, p. 21.

⁵ GOGOL, 2014, p. 287.

acumulação do capital. Por isso, *mutatis mutandis*, se pode considerar a compra de “almas mortas” descrita por Gogol’ como uma alegoria do que é e para que serve o direito na sociedade capitalista. Poderia ser obtido dinheiro pelo penhor de servos falecidos, desde que ainda não contabilizados juridicamente como mortos pelo censo, ou seja, seria possível obter dinheiro a partir de um processo absolutamente abstrato. A regra jurídica considerava os camponeses vivos ou mortos a partir dos recenseamentos, e não a partir de sua situação real. Além disso, são as vontades jurídicas, expressas pelos sujeitos de direitos dentro da perspectiva obrigacional.

O trabalhador, nas relações sociais capitalistas, é marcado veementemente a partir de sua representação abstrata: a força de trabalho. Ao laborar mediante salário, a relação que se estabelece juridicamente entre o capitalista e o trabalhador consiste em uma transação comercial qualquer: vende-se a força de trabalho, paga-se o equivalente em dinheiro. Ao comentar algumas colocações de David Ricardo em “Miséria da Filosofia”, observou Marx⁶ que: “[...] a linguagem de Ricardo é o que há de mais cínico. Pôr na mesma linha os custos de fabricação de chapéus e os custos de manutenção do homem significa transformar o homem em chapéu”. Ora, não é outro cínico disfarce que a relação de compra e venda de força de trabalho que o direito reveste as relações econômicas imprimem às relações reais de produção, ainda que, ao longo dos anos, tenha assumido feições mais robustas.

Historicamente, a classe burguesa se viu obrigada a realizar adequações institucionais para responder as demandas e as manifestações operárias a fim de manter certa estabilidade econômica e política que uma economia de mercado exige. Conquanto, por meio do direito não se operou outra coisa a não ser a sofisticação de um discurso, ou seja, sofisticar o disfarce sobre as relações reais de produção para que continuassem fetichizadas. Pois se século XIX as relações de produção se expressavam juridicamente como mero contrato de compra e venda de força de trabalho entre cidadãos iguais perante a lei, hoje existem uma série de outros “custos” que o atual direito do trabalho impõe aos empregadores para comprarem a força de trabalho. O ponto é que, embora não se ponha em questão o fato de que a aprovação de leis trabalhistas tenha promovido melhorias nas condições de trabalho em geral, assim se fez sem que os

---

⁶ 2007, p. 49.

mecanismos de extração de mais-valor fossem ameaçados. Em outras palavras: limitou-se o poder burguês, mas reafirmou-se a igualdade burguesa e seu princípio da equivalência.

Por isso, em uma reclamação trabalhista não se discute mais-valor; ela não extrapola o mundo abstrato dos cidadãos iguais e livres que trocam mercadorias. Nela discute-se sempre o valor monetário equivalente ao trabalho que o trabalhador tem ou não direito, estabelecido a partir das regras jurídicas das relações contratuais trabalhistas que a legislação trabalhista estipula. Dentro dessas relações só existe o equivalente, os valores pagos ou não como contraprestação pelos serviços prestados, e tudo mais que diz respeito ao ser humano que trabalha não existe para o direito, afinal, “quod non est in actis non est in mundo”⁷. A abstração jurídica é capaz de ser completamente descolada do plano concreto. Essa é a ironia que a compra de servos falecidos em *Almas Mortas* sugere: **as almas que Tchitchikov queria comprar estavam nos autos, mas não estavam no mundo**. O capitalista compra trabalho vivo sob a forma de força de trabalho, e pouco importa a situação concreta de seu portador: ela não pertence ao mundo dos autos processuais. Reduzido à condição de mercadoria, o trabalhador é uma alma “morta” em seu vínculo com o capitalista; na planilha do setor contábil da empresa ele é apenas “passivo trabalhista”.

Almas vivas e mortas, homens e chapéus. Pouco importa em que diferem, pouco importa sua condição concreta: para o mundo jurídico, eles apenas existem enquanto mercadorias.

Contudo, se *Almas Mortas* é uma obra de ficção, as relações de trabalho e a fetichização criadas no âmbito do capitalismo são concretas. Em razão disso, o primeiro motivo que impulsionou o presente trabalho consistiu em, a partir das constatações acerca do direito que o materialismo histórico-dialético oferece, conceder uma contribuição à teoria crítica do direito e, nesse campo, reafirmar a crítica marxista ao direito. Por conseguinte, a partir dessa premissa teórica, esta investigação se esforçou para percorrer um duplo caminho: analisar o fenômeno jurídico a partir da crítica marxista, conjugada com a preocupação de investigar uma intervenção política concreta. Neste esteio, elegeu-se como objeto de pesquisa a luta da *Flaskô* pela estatização sob controle dos trabalhadores, especificamente, as três vias

---

⁷ O que não está nos autos não está no mundo.

de estatização por meio do direito tentadas pelo movimento – via BNDES; via desapropriação; e via adjudicação.

A Flaskô é uma fábrica ocupada pelos trabalhadores desde 2003, ligada ao Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO), localizada em Sumaré-SP, região metropolitana de Campinas/SP. Trata-se de uma fábrica de transformação de plástico que produz vários modelos de embalagens industriais (tambores e bombonas). Mas não apenas isso, pois a Flaskô extrapolou a mera produção e alcançou a comunidade ao redor, integrando outras atividades e movimentos sociais a sua resistência – como a Vila Operária e Popular (fruto de uma ocupação de terrenos ociosos da fábrica em 2005), o Projeto Fábrica de Cultura e Esporte; o Festival Flaskô; etc.

Assumindo o objetivo geral de averiguar o modelo de gestão de relações de trabalho que se quer implementar pela estatização da fábrica – que difere do modelo de contrato individual de trabalho e sociedade cooperativa – a pesquisa assume o seguinte problema: considerando a estatização exatamente como proposto pelo coletivo de trabalhadores uma forma de regulamentação das relações de trabalho não contemplada no ordenamento jurídico vigente, **em que medida a luta pela estatização sob controle dos trabalhadores da Flaskô é emancipatória?** O grande desafio que se põe à pesquisa é o de identificar em que medida essa luta se enquadra como uso político do direito dentro de um projeto de superação do controle social da produção comandado pelo capital.

No que concerne a esse estudo, o marco teórico-metodológico que se assume como guia na construção do conhecimento é o **materialismo histórico-dialético**. O principal elemento do método consiste no reconhecimento de que são as relações sociais oriundas do intercâmbio do homem com a natureza, o limite último das liberdades do ser social. Quando é dito que os homens se organizam economicamente, “na mesma altura, os homens se organizam politicamente, socialmente, intelectualmente, etc. De facto, uma organização económica [...] implica um determinado tipo de vida social, de sistema político e de valores culturais”⁸.

---

⁸ MIAILLE, Michel. **Introdução Crítica ao Direito**. 3 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2005, p. 82.

A perspectiva de **emancipação** da classe trabalhadora, adotada no trabalho, reside na destruição do comando do capital sobre a cooperação no trabalho, nos âmbitos da divisão do trabalho “na manufatura” e divisão do trabalho na sociedade, e na consequente construção histórica de um novo “regente” para o trabalhador coletivo. Demonstrar-se-á que essa destruição perpassa pelo enfrentamento à igualdade burguesa instrumentalizada no direito e sua partícula última, indivisível: o sujeito de direito. Por meio da legalização da classe trabalhadora, os trabalhadores são individualizados enquanto sujeitos de direito, o que desloca os conflitos essencialmente oriundos da luta de classes para a arena da igualdade burguesa. Ao tensionar-se a forma jurídica, tensiona-se também a igualdade burguesa, que corresponde ao enfrentamento à individualização que o comando do capital promove.

A pesquisa adotou como **hipótese** a tese de que a utilização do direito para se alcançar a estatização da Flaskô sob controle dos trabalhadores é emancipatória porque tem objetivos que não se restringem ao horizonte da legalidade burguesa e reflete um enfrentamento à forma jurídica, evidenciado, sobretudo, pela reiterada negação da fábrica em se adequar como sociedade cooperativa.

O trabalho representa uma contribuição à comunidade acadêmica na seara jurídica. A investigação contribui para o campo da Teoria Geral do Direito ao trazer reflexões sobre potencialidades e limitações do direito a partir da perspectiva de sua utilização por movimentos sociais. No capítulo seguinte, será apresentada uma crítica ao contrato de trabalho e às sociedades cooperativas a partir de Marx, Pachukanis e Edelman. Além disso, a proposta de controle operário na Flaskô, cuja manutenção se pretende por meio da estatização da propriedade do parque fabril sob controle dos trabalhadores, configura-se como um modelo jurídico inexistente no ordenamento jurídico pátrio, e por isso, também se empreenderá uma análise dos limites e possibilidades do direito, com lastro n’O Capital de Marx, “Reforma ou Revolução?” de Rosa Luxemburgo e “Socialismo Jurídico” de Engels e Kautsky.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar-se em “potencial emancipatório” num nível meramente acadêmico, abstrato, configura matéria prima para a eterna – e estéril – especulação filosófica. Contudo, do ponto de vista concreto da Flaskô, cujo peso do modo de produção é sentido diariamente e cuja resistência se dá baseada em teoria anticapitalista, a compreensão dos limites e potencialidade do direito é fundamental para se pensar sua utilização na luta. Assim, a partir do esforço em conjugar a análise de uma intervenção concreta na realidade e de uma crítica marxista do direito, foi possível identificar a **régua da potencialidade emancipatória do projeto de estatização da Flaskô, na luta de classes**. Talvez esta seja a principal contribuição desse trabalho, isto é, não somente resgatar tal perspectiva, mas compreendê-la e demonstrá-la em um movimento concreto. Por isso se fez necessário um estudo aprofundado de como e para que os trabalhadores da Flaskô têm se utilizado dos mecanismos jurídicos disponíveis.

A grande questão que remanesce, e que vai além deste limitado trabalho monográfico, é que o direito não extrapola o contrato social, e o contrato social não é acessível a todos. Para quem vive na pequena bolha-mundo onde os direitos proclamados pelo Estado Democrático de Direito são por ele afirmados e seguidos, qualquer solução de conflitos que não seja pelos meios institucionais soa absurda e tirânica. Por isso, é necessário e urgente resgatar a teoria crítica do direito, e com ela fomentar debates e práticas de enfrentamento.

Todavia, torna-se cada vez mais difícil, especificamente fora dos restritos círculos acadêmicos, falar-se em marxismo. Em primeiro lugar, porque ainda há quem insista em conjurar espíritos do passado ou manter acesa a chama das antigas cantilenas propagandísticas da Guerra Fria, embora o grande fantasma do comunismo, atualmente, não passe, infelizmente, disso – uma grande tradição inventada³⁶⁸. Aos que conseguem emergir da superficialidade desse catecismo político, percebem que, de fato, o marxismo perdeu drasticamente sua influência sobre a classe trabalhadora, assim como o seu efetivo “perigo” revolucionário. A observação de Lenin em “O Estado e a Revolução”³⁶⁹ é inquietantemente atual:

---

³⁶⁸ HOBBSBAWN, 1983.

³⁶⁹ LENIN, 2010, p. 25.

Dá-se com a doutrina de Marx, neste momento, aquilo que, muitas vezes, na história, tem acontecido com as doutrinas dos pensadores revolucionário e dos dirigentes do movimento libertador das classes oprimidas. Os grandes revolucionários foram sempre perseguidos durante a vida; a sua doutrina foi sempre alvo do ódio mais feroz, das mais furiosas campanhas de mentiras e difamação por parte das classes dominantes. Mas, depois da sua morte, tenta-se convertê-los em ídolos inofensivos, canoniza-los por assim dizer, cercar o seu nome de uma auréola de glória, para “consolo” das classes oprimidas e para o seu ludibrio, enquanto se castra a substância do seu ensinamento revolucionário, embotando-lhe o gume, aviltando-o.

Na época em que se vive, pouco mais de 25 anos após a dissolução da URSS, a conhecida luta ideológica contra o marxismo que se manteve pacientemente laboriosa desde Lenin, segue sua labuta de enclausuramento daqueles que propugnam a luta de classes e sacralização da perspectiva revolucionária como um cândido ideal do passado.

Entretanto, para aqueles que, pela tirania do capital, são postos à margem do “pacto social”; para aqueles que, por toda a vida, o Estado de Direito só se fez efetivamente presente por meio do direito penal e do cacete policial; para essas pessoas, não há muitas razões para crer no direito. Para essas pessoas, as relações que acontecem no mundo real fazem muito mais sentido do que as abstrações de “empregado” e “empregador”, de “contratante” e “contratado”. Talvez, como disse Maiakovskii, para que essas pessoas tomem as rédeas do “pilungo da história” e revoguem as “leis desde Adão e Eva” seja necessário – o que provocará, evidentemente, a mais profunda reprovação dos juristas burgueses de plantão – que as “intrigas verbais” (ou processuais) cedam a palavra à “camarada mauser³⁷⁰”. Talvez, não; mas são essas pessoas que devem decidir. Não o juiz.

---

³⁷⁰ Mauser é o nome comum para a fabricante alemã de armas Mauser-Werke Oberndorf Waffensysteme GmbH.

ARQUIVOS E FONTES

Artigos de revistas não acadêmicas e matérias de jornais impressos

DIAS, Rafael Girone. Mobilização e Comunicação: histórico, balanços e perspectivas. **Revista do CEMOP. Dossiê 10 anos do Movimento de Fábricas ocupadas (edição especial)**. Sumaré: n. 4, out., 2012, p. 37-40.

Revista da CEMOP: Dossiê 10 anos do Movimento de Fábricas ocupadas (edição especial). Sumaré: n. 4, out., 2012, 144 p.

Arquivo “Centro de Memória Operária e Popular – CEMOP”

Atenção (Sumaré/SP). 2010-2011 (edições nº 2 à 14). Disponível em: <<http://www.jornalatencao.org.br>>. Acessado em 13/06/2016.

Atenção (Sumaré/SP). Edição nº 20, 2014.

Tribuna Liberal (Sumaré/SP), nº 6.009, 14 jun., 2013.

Cartilhas, cartazes e outros documentos

Criminalização do Movimento das Fábricas Ocupadas: relatório dos processos de criminalização (cartilha). Sumaré: Centro de Memória e Documentação do Movimento das Fábricas Ocupadas, nov. 2009.

Guia de Visita à Fábrica Ocupada Flaskô. Sumaré: Centro de Memória e Documentação do Movimento das Fábricas Ocupadas, out., 2015.

O Que É Adjudicação e o Que Querem os Trabalhadores da Flaskô? (cartilha). Sumaré: Centro de Memória e Documentação do Movimento das Fábricas Ocupadas, 2015.

Visita à Flaskô: uma fábrica ocupada pelos trabalhadores (cartilha). Sumaré: Centro de Memória e Documentação do Movimento das Fábricas Ocupadas, s/d.

SIM! Ao Projeto de Lei 257/2012: campanha pela declaração de interesse social da Flaskô para fins de desapropriação (cartilha). Sumaré: Centro de Memória Operária e Popular, out., 2012.

Estatuto da Associação Civil de Direito Privado Sem Fins Lucrativos Hermelindo Miquelace. Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e Anexo de Notas da Comarca de Sumaré-SP – Microfilme nº 4458.

Arquivo “Centro de Memória Operária e Popular – CEMOP”

Pesquisa de Satisfação no Trabalho - Flaskô 2014.

Entrevistas

Pedro Alem Santinho (funcionário da Flaskô, presidente da Associação “Hermelindo Miquelace”) – entrevista concedida à Beatriz Ferraz Diniz, publicada em: Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2007, vol. 10, n. 2, pp. 111-120.

Filmografia

Flaskô, a Fábrica. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M6GbPwOf8qo>>.

Flaskô, a única fábrica comandada por operários no Brasil. 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=xWTNnp2g9uk>>

The Power of Community: how Cuba survived peak oil. Direção: Faith Morgan. Produção: Community Solutions. 2006.

Legislação, processos judiciais e trâmites legislativos

BRASIL. Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Sumaré – Segundo Ofício Cível. Certidão de Objeto e Pé, processo nº 604.01.2010.008984-3/000000-000. Requerente: TRABALHADORES DA EMPRESA FLASKO INDUSTRIAL DE EMBALAGENS LTDA; Requeridos: CRISTIANE DE MARCELLO, INDUSTRIE S/A, PROTEC S/A. Sumaré: 04 de setembro de 2012. 2012a.

_____. Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Sumaré/SP. Sentença de Encerramento de Falência. Processo nº 604.01.2007.011245-3. FLASKÔ INDUSTRIAL DE EMBALAGENS LTDA, FORTYMIL INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS S/A. Juiz de Direito André Gonçalves Fernandes. Sumaré, 16 de julho de 2010.

_____. Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Sumaré/SP. Sentença em Ação Ordinária, processo nº 604.01.2010.008984-3/000000-000. Objeto da ação: Nomeação dos

trabalhadores da Flaskô representados pela Associação Hermelindo Miquelace como administradores da empresa. Requerente: TRABALHADORES DA EMPRESA FLASKO INDUSTRIAL DE EMBALAGENS LTDA; Requeridos: CRISTIANE DE MARCELLO, INDUSTRIE S/A, PROTEC S/A. Sumaré: 11 de agosto de 2010a.

_____. Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Sumaré/SP. Sentença de Declaração de Falência. Processo nº 604.01.2007.011245-3. Juiz de Direito André Gonçalves Fernandes. 28 de junho de 2010b.

_____. Juízo de Direito da Vara Federal de Joinville/SC. Sentença de Intervenção. Execução fiscal nº 98.01.06050-6/SC. INSS; CIPLA INDÚSTRIA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO S/A. Juiz Federal Substituto Oziel Francisco de Sousa. Joinville, 21 de maio de 2007. Disponível em: <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/visualizar_documento_gedpro.php?local=jfsc&documento=1292249&DocComposto=&Sequencia=&hash=f11b3e1629666f62c39f9a39aa9b03d2>. Acesso em: 23/04/2014.

_____. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971: define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Portal da Legislação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm>. Acessado em 09/08/2014.

_____. Lei nº de 25 de fevereiro de 1993: dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Portal da Legislação**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm>. Acessado em 13/06/2016.

_____. Lei Ordinária nº 5.023/10 de 01 de julho de 2010: autoriza o DAE - Departamento de Água e Esgotos de Sumaré a executar redes de distribuição de água potável e redes coletoras e de afastamento de esgotos, suas respectivas ligações, em caráter precário, nos imóveis situados em áreas de ocupações irregulares, nos termos que especifica e dá outras providências. **Legislação**. 2010c. Disponível em: <<http://sumare.sislegis.com/legislacao/lei-ordinaria/2010/5023>>. Acessado em 01/07/2016.

_____. Lei Ordinária nº 5.333/12 de 02 de fevereiro de 2012: dispõe sobre a Instituição de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) na área que especifica. **Legislação**. 2012b. Disponível em: <<http://sumare.sislegis.com/legislacao/lei-ordinaria/2012/5333>>. Acessado em 01/07/2016.

_____. Portal do Ministério do Trabalho e Emprego: Secretaria Nacional de Economia Solidária. S/d. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria/>>. Acessado em 09/08/2014.

_____. Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2012: Declara de interesse social, para fins de desapropriação, a planta industrial da empresa Flaskô Industrial de Embalagens Ltda.

Portal do Senado. 2012c. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106526>>. Acessado em 14/06/2016.

_____. Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2012: Altera a Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, que define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação, para prever a hipótese de desapropriação de bens improdutivos de empresas abandonadas ou falidas. **Portal do Senado**. 2012d. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/109935>>. Acessado em 14/06/2016.

OFICIAL de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e Anexo da Comarca de Sumaré. Estatuto da Associação Civil de Direito Privado Sem Fins Lucrativos Hermilindo Miquelace. Microfilme nº 4458. Sumaré, 29 de agosto de 2011.

Arquivo “Centro de Memória Operária e Popular – CEMOP”

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ. Ofício nº 007/2011/SMGPC/GP. 25 jan. 2011a.

_____. Ofício nº 004/2011/SMGPC/GP. 25 jan. 2011b.

Notícias em plataformas on-line

9ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na Fábrica Ocupada Flaskô – DEMOCRATIZANDO. **Movimento das Fábricas Ocupadas**. Disponível em: <<http://www.fabricasocupadas.org.br/site/index.php/noticias/3494-9-mostra-cinema-e-direitos-humanos-na-fabrica-ocupada-flasko-democratizando>>. Acessado em 09/06/2016.

ABC Coop, la unica empresa recuperada de la Banda Oriental (Uruguay). **Revista Bus America**. Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://bus-america.com/revista/>>. Acessado em 05/09/2016.

Após impeachment, Fiesp comemora e cobra medidas de Temer e do BC. **Revista Isto É**. São Paulo, 1º set. 2016, edição nº 2439. Disponível em: <<http://istoe.com.br/apos-impeachment-fiesp-comemora-e-cobra-medidas-de-temer-e-do-bc/>>. Acessado em 06/09/2016.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA OPERÁRIA. Moradores da Vila Operária vão às ruas pelo direito à moradia! Não à remoção das famílias! **Movimento das Fábricas**

Ocupadas. Disponível em: <<http://www.fabricasocupadas.org.br/site/index.php/noticias/3471-moradores-da-vila-operaria-vao-as-ruas-pelo-direito-a-moradia-nao-a-remocao-das-familias>>. Acessado em 05/07/2016.

CASTRO, Paulo Andrade. Crise econômica e ocupações de fábricas: ressurge o desafio: “Ocupar, Produzir e Resistir!”. **Movimento das Fábricas Ocupadas.** Disponível em: <<http://www.fabricasocupadas.org.br/site/index.php/noticias/3537-cri-se-econ-omica-e-ocupacoes-de-fabricas-ressurge-o-desafio-ocupar-produzir-e-resistir>>. Acessado em 09/06/2016.

CONSELHO de fábrica (Flaskô). Informações atualizadas de nossa luta com a Flaskô. **Movimento das Fábricas Ocupadas.** Disponível em: <<http://www.fabricasocupadas.org.br/site/index.php/noticias/3464-informacoes-atualizadas>>. Acessado em 09/06/2016.

CPFL que cortar a luz da Flaskô. **Movimento das Fábricas Ocupadas.** Disponível em: <<http://www.fabricasocupadas.org.br/site/index.php/noticias/3457-cpfl-quer-cortar-a-luz-da-flasko>>. Acessado em 09/06/2016.

Debate sobre a construção de um Complexo Autogestionário na Flaskô - 31 de janeiro. **Movimento das Fábricas Ocupadas.** Disponível em: <<http://www.fabricasocupadas.org.br/site/index.php/noticias/3485-debate-sobre-a-construcao-de-um-complexo-autogestionario-na-flasko-31-de-janeiro>>. Acessado em 09/06/2016.

E continuam os ataques contra a Fábrica Ocupada Flaskô!. **Movimento das Fábricas Ocupadas.** Setembro, 2014. Disponível em: <<http://www.fabricasocupadas.org.br/site/index.php/noticias/3458-e-continuam-os-ataques-contra-a-fabrica-ocupada-flasko>>. Acessado em 09/06/2016.

ESQUERDA MARXISTA. Esquerda Marxista decide sair do PT e lutar por uma frente de esquerda. 2015. Disponível em: <<http://www.marxismo.org.br/content/esquerda-marxista-decide-sair-do-pt-e-lutar-por-uma-frente-de-esquerda>>. Acesso em 16/05/2016.

Fábrica Ocupada Flaskô sedia Acampamento Revolucionário da Juventude. **Movimento das Fábricas Ocupadas.** 2015. Disponível em: <<http://www.fabricasocupadas.org.br/site/index.php/noticias/3486-fabrica-ocupada-flasko-sedia-acampamento-revolucionario-da-juventude>>. Acessado em 09/06/2016.

FIESP e CIESP definem apoio a processo de impeachment. **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP.** São Paulo, 17 dez. 2015. Disponível em <<http://www>.

fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-ciesp-definem-apoio-a-processo-de-impeachment/>. Acessado em 06/09/2016.

Flaskô é sede do 2º Acampamento Revolucionário, recebendo 200 jovens de todo o Brasil!

Movimento das Fábricas Ocupadas. Disponível em:

<<http://www.fabricasocupadas.org.br/site/index.php/noticias/3527-flasko-e-sede-do-2-acampamento-revolucionario-recebendo-200-jovens-de-todo-o-brasil>>. Acessado em 09/06/2016.

Flaskô participa de debate na Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp, em Limeira.

Movimento das Fábricas Ocupadas. Disponível em:

<<http://www.fabricasocupadas.org.br/site/index.php/noticias/3502-flasko-participa-de-debate-na-faculdade-de-ciencias-aplicadas-da-unicamp-em-limeira>>. Acessado em 09/06/2016.

Flaskô repudia ação policial truculenta na fábrica ocupada Mabe de Hortolândia.

Movimento das Fábricas Ocupadas. Disponível em: <<http://www.fabricasocupadas.org.br/site/index.php/noticias/3543-flasko-repudia-acao-policial-truculenta-na-fabrica-ocupada-mabe-de-hortolandia>>. Acessado em 09/06/2016.

Funcionários ocupam Mardel para impedir o fechamento da fábrica. 2016. **Diário**

Regional. Disponível em <<http://www.diarioregional.com.br/2016/03/11/funcionarios-ocupam-mardel-para-impedir-o-fechamento-da-fabrica/>>. Acessado em 22.06.2016.

HARVEY, David. “Revolução é processo, não evento”, afirma David Harvey. **Correio do Brasil.** Entrevista concedida à André Antunes. Março, 2014. Disponível em: <<http://correiodobrasil.com.br/destaque-do-dia/revolucao-e-processo-nao-evento-afirma-david-harvey/691919/>>. Acessado em 09/05/2015.

LEITE, Adriana. Ameaça de corte provoca protesto em concessionária. **Correio Popular.**

Agosto, 2014. Disponível em: <http://correio.rac.com.br/conteudo/2014/08/capa/campinas_e_rmc/201661-ameaca-de-corte-provoca-protesto-na-porta-de-concessionaria.html>. Acessado em 09/06/2016.

Movimento das Fábricas Ocupadas. Fábricas Ocupadas no Congresso: Audiência Pública na Câmara dos Deputados em Brasília debateu a luta pela estatização das fábricas ocupadas e pelo fim da intervenção na Cipla e Interfibra. **In Defense of Marxism.** 28 mai. 2009.

Disponível em: <<http://www.marxist.com/fabricas-ocupadas-no-congresso.htm>>. Acessado em 06/09/2016.

Parceria entre Flaskô e unidade local do SUS traz Lian Gong para a fábrica. **Movimento das Fábricas Ocupadas**. Disponível em: <<http://www.fabricasocupadas.org.br/site/index.php/noticias/3505-parceria-entre-flasko-e-unidade-local-do-sus-traz-lion-gong-para-a-fabrica>>. Acessado em 09/06/2016.

Pista de Skate na Flaskô completa 1 ano com terceiro campeonato. **Movimento das Fábricas Ocupadas**. Dezembro, 2013. Disponível em: <<http://www.fabricasocupadas.org.br/site/index.php/noticias/3423-pista-de-skate-na-flasko-completa-1-ano-com-segundo-campeonato>>. Acessado em 09/06/2016.

Socialismo chavista chega ao País. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 18 jan. 2007. Economia & Negócios. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral/socialismo-chavista-chega-ao-pais,20070118p19097>>. Acesso em 17/05/2016.

SOLIDARIEDADE AOS TRABALHADORES DA TECNOMETAL. **Movimento das Fábricas Ocupadas**. Novembro, 2014. Disponível em: <<http://www.fabricasocupadas.org.br/site/index.php/noticias/3468-solidariedade-aos-trabalhadores-da-tecnometal>>. Acessado em 09/06/2016.

Solving the housing crisis: Venezuela inaugurates first socialist city. **Correo del Orinoco**. Caracas, 2 set. 2011, nº 79. English Edition. Disponível em <<http://www.correodelorinoco.gob.ve/wp-content/uploads/2011/09/COI79.pdf>>. Acessado em 17/05/2016.

TOLEDO, Francisco. Quem financia os protestos do dia 13? Só no ano passado, o Estudantes pela Liberdade no Brasil (fundador do Movimento Brasil Livre) recebeu cerca de R\$ 300 mil de organizações como a Atlas e a Students for Liberty. **Rede Brasil Atual**. São Paulo, 12 mar. 2016. Disponível em:< <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/03/quem-sao-os-financiadores-dos-protestos-do-dia-13-2945.html>> . Acessado em 17/05/2016.

Trabalhadores da Flaskô discutem ocupações de fábricas em Bauru/SP. **Movimento das Fábricas Ocupadas**. Disponível em: <<http://www.fabricasocupadas.org.br/site/index.php/noticias/3475-trabalhadores-da-flasko-discutem-ocupacoes-de-fabricas-em-bauru-sp>>. Acessado em 09/06/2016.

Trabalhadores da Flaskô vão a Bauru (SP) discutir com operários da Ajax e da Sukest a luta em defesa dos postos de trabalho. **Movimento das Fábricas Ocupadas**. Disponível em: <<http://www.fabricasocupadas.org.br/site/index.php/noticias/3477-trabalhadores-da-flasko-vao-a-bauru-sp-discutir-com-operarios-da-ajax-e-da-sukest-a-luta-em-defesa-dos-postos-de-trabalho>>. Acessado em 09/06/2016.

Trabalhadores da Flaskô visitam e levam solidariedade a fábrica MABE ocupada.

Movimento das Fábricas Ocupadas. 2016. Disponível em:

<<http://www.fabricasocupadas.org.br/site/index.php/noticias/3531-trabalhadores-da-flasko-visitam-e-levam-solidariedade-a-fabrica-mabe-ocupada>>. Acessado em 09/06/2016.

Trabalhadores na Karmann Ghia ocupam a fábrica para garantir direitos. 2016. **Esquerda**

Diário. Disponível em: <<http://esquerdadiario.com/Trabalhadores-na-Karmann-Ghia-ocupam-a-fabrica-para-garantir-direitos>>. Acessado em 22.06.2016.

Trabalhadores que ocupam a Karmann-Ghia querem assumir controle da fábrica. 2016.

Rede Brasil Atual. Disponível em:

<<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2016/06/trabalhadores-que-ocupam-a-karmann-guia-querem-colocar-a-fabrica-para-funcionar-7429.html>>

Vitória! Flaskô consegue formalizar Grupo de Trabalho Interministerial com Governo

Federal. **Movimento das Fábricas Ocupadas**. Outubro, 2014. Disponível em:

<<http://www.fabricasocupadas.org.br/site/index.php/noticias/3466-vitoria-flasko-consegue-formalizar-grupo-de-trabalho-interministerial-com-governo-federal>>. Acessado em 09/06/2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- AZZELLINI, Dario; NESS, Immanuel. **Ours to Master and to Own: workers' control from the Commune to the present**. Chicago: Haymarket Books, 2011.
- BATISTA, Flávio Roberto. **Crítica da Tecnologia dos Direitos Sociais**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013.
- BETTELHEIM, Charles. **A Luta de Classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923)**. Trad. Bolívar Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BETTELHEIM, Charles; SWEEZY, Paul. **Transição para o socialismo**. Monthly Review Press, 1971.
- BEZERRA, Paulo. Pequena Biografia. EM: GOGOL', Nikolai Vassil'ievitch. **Almas Mortas**. Trad. Tatiana Belinky. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BUTLER, William. **Soviet Law**. 2 ed. Londres: Butterworth & Co., 1988.
- CADERNO DE LITERATURA E CULTURA RUSSA. **Tabela de Transliteração do Russo para o Português**. São Paulo, n. 1, março 2004, p. 393-394.
- CAMARGO, Vinícius. **Vila Operária e Popular: um terreno e uma fábrica ocupados: 10 anos de luta**. Sumaré: Edições CEMOP, 2015.
- CERRONI, Umberto. **Pensamento Jurídico Soviético**. Trad. Maria de Lurdes Sá Nogueira. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1976.
- EDELMAN, Bernard. **La Légalisation de la Classe Ouvrière: l'entreprise**. Paris: Chistian Bourgois Editeus, 1978.
- ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring** (e-book). Edição Ridendo Castigat Mores, 2001.
- ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O Socialismo Jurídico**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

GOGOL', Nikolai Vassil'ievitch. **Almas Mortas**. Trad. Tatiana Belinky. São Paulo: Perspectiva, 2014.

GOULART, Serge. O Controle Operário e a questão da Estatização. **Fórum de Pesquisas Marxistas Sobre o Trabalho**. Jan. 2003. Disponível em: <<http://fpmarx.blogspot.com.br/2008/05/o-controle-operario-e-questo-da.html>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

GUINS, George. **Soviet Law and Soviet Society**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1954.

HAZARD, John (Org.). **Soviet Legal Philosophy**. Cambridge: Harvard University Press, 1951.

HENRIQUES, Flávio Chedid. **Autogestão em Empresas Recuperadas por Trabalhadores: Brasil e Argentina**. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

HENRIQUES, Flávio Chedid. SÍGOLO, Vanessa Moreira; RUFINO, Sandra; ARAÚJO Fernanda Santos; NEPOMUCENO, Vicente; GIROTO, Mariana Baptista; PAULUCCI, Alejandra; NOGUEIRA, Thiago; ROCHA, Maíra; FARIA, Maurício Sardá de. **Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

HOBSBAWM, Eric. Introdução. EM: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

HOFFROGGE, Ralf. From Unionism to Workers' Concils: the Revolutionary Shop Stewards in Germany, 1914-1918. EM: AZZELLINI, Dario; NESS, Immanuel. **Ours to Master and to Own: workers' control from the Commune to the present**. Chicago: Haymarket Books, 2011, p. 84-103.

HUSKEY, Eugene. Vyshinskii, Krylenko, and the Shape of the Soviet Legal Order. **Slavic Review**, Urbana, v. 46, n. 3/4, 1987, p. 414-428.

JEAMMAUD, Antoine. **Propostas para uma compreensão materialista do direito do trabalho**. FASE: Rio de Janeiro, 1987

KASHIURA Jr., Celso. Duas formas absurdas: uma defesa da especificidade história da mercadoria e do sujeito de direito. EM: NAVES, Marcio (Org). **O Discreto Charme do Direito Burguês: ensaios sobre Pachukanis**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2009, p. 117-133.

LENIN, Vladímir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. 2ª ed. Trad. Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MACDONALD, José Brendan; FARIA, Maurício Sardá de. Fábricas Recuperadas na América Latina e Além: uma questão para hoje e amanhã? **Revista do Mestrado Profissional Gestão em Organizações Aprendentes (MPGOA)**. João Pessoa, v.1, n.1, 2012, p. 48-68.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Curso de Direito do Trabalho: a relação de emprego**. Vol. II. São Paulo: LTr, 2008.

_____. **Curso de Direito do Trabalho: teoria geral do direito do trabalho**. Vol. I. São Paulo: LTr, 2011.

MANDEL, Ernest. **Contrôle ouvrier, conseils ouvrier, autogestion**. Paris: Maspero, 1970.

_____. **Da comuna a maio de 68: escritos políticos I**. Lisboa: Antídoto, 1979.

_____. Self management: dangers and possibilities. 1975. **Marxist Internet Archive**. Disponível em: <<https://www.marxists.org>>. Acessado em 29/01/2015.

_____. The lessons of may 1968. 1968. **Marxist Internet Archive**. Disponível em: <<https://www.marxists.org>>. Acessado em 29/01/2015.

_____. Workers' control and workers' councils. 1973. **Marxist Internet Archive**. Disponível em: <<https://www.marxists.org>>. Acessado em 29/01/2015.

MANDL, Alexandre Tortorella. **O Movimento das Fábricas Ocupadas e o Direito**. **Revista Crítica do Direito**. 2012. Disponível em: <<http://www.criticadodireito.com.br>>. Acesso em: 29/05/2014.

_____. Uma Década do Movimento das Fábricas Ocupadas: histórico, balanços e perspectivas. **Revista do CEMOP**. Sumaré, n. 4, out. 2012, p. 19-36.

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. **O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTORANO, Luciano Cavini. **Conselhos e Democracia: em busca da participação e da socialização**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. 1ª ed. revista. Trad. Rubens Enrelde, Nélcio Schneider, Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A Miséria da Filosofia**. São Paulo: Editora Escala, 2007.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2 ed. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O Capital: crítica da economia política (e-book)**. Livro I – O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enrelde. São Paulo: Boitempo: 2013.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. 3 ed. Livro 3 – O processo global da produção capitalista, v. 5. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. Salário, Preço e Lucro. EM: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

MARX, Karl Heinrich. et. al. **Cooperativismo e Socialismo**. Coimbra: Centelha, 1973.

MIAILLE, Michel. **Introdução Crítica ao Direito**. 3 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2005.

MUSTO, Rafaela Natacci. **Fábrica em Movimento**. Sumaré: Edições CEMOP, 2013.

NAPOLEÃO, Fábio. **Cipla (Joinville-Brasil): a luta dos trabalhadores contra o desemprego**. UDESC, 2005.

NASCIMENTO, Claudio. **Do “Beco dos Sapos” aos canaviais de Catende: os “ciclos longos” das lutas autogestionárias**. Brasília: Senaes, 2005. Disponível em: <www.mte.senaes.gov.br>. Acessado em: 31 ago. 2016

NAVES, Marcio Bilharinho. **A questão do Direito em Marx**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014.

_____. **Marxismo e Direito: um estudo sobre Pachukanis**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. (Org.) **O Discreto Charme do Direito Burguês: ensaios sobre Pachukanis**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2009.

NOVAES, Henrique Tahan. **O Fetiche da Tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

OST, François. **A Natureza à Margem da Lei: a ecologia à prova do direito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

PACHUKANIS, Evgeny Bronislanovitch. **A Teoria Geral do Direito e o Marxismo**. Tradução Paulo Bessa. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

_____. Kommunistitcheskaia Akademiia. **Petchat’ i Revoliutsiia**, Moscou, out-nov, 1927

PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito Insurgente e Movimento Populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito**. (Tese de doutorado) Universidade Federal do Paraná - Setor de Ciências Jurídicas. Curitiba, 2014.

_____. **A Produção da Vida e o Poder Dual do Pluralismo Jurídico Insurgente: ensaio para uma teoria de libertação dos movimentos populares no choro-canção latino-americano**. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal de Florianópolis - Centro de Ciências Jurídicas. Florianópolis, 2010.

_____. O Direito entre a Historicidade e a Universalidade a Partir da Polêmica entre Pachukanis e Kelsen. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, n. 57, p. 203-220, 2013.

PEOPLE'S COMMISSARIAT OF JUSTICE. Guiding Principles of Criminal Law in the R.S.F.S.R. EM: ROSENBERG, William (Ed). **Bolshevik Visions: first phase of the Cultural Revolution in Soviet Russia**. 2 ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1990.

PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano Cavini (Org.). **Teoria e Prática dos Conselhos Operários**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

RASLAN, Felipe Oliveira. **Resistindo Com Classe: o caso da ocupação da Flaskô**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

ROSENBERG, William (Ed). **Bolshevik Visions: first phase of the Cultural Revolution in Soviet Russia**. 2 ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1990.

RUGGERI, Andrés (Org.). **Las Empresas Recuperadas: autogestión obrera en Argentina y América Latina**. Buenos Aires: editorial de La Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2009.

SANTINHO, Pedro Alem; VERAGO, Josiane Lombardi. Trabalhadores, Memória, Fábricas Ocupadas e a Formação do CEMOP. **Revista do CEMOP**. Sumaré, n. 1, mai. 2011, p. 7-12.

_____. O Movimento em Retrospectiva e os Casos de Ocupações Menos Conhecidos. **Revista do CEMOP**. Sumaré, n. 4, out. 2012, p. 8-18.

SANTOS JÚNIOR, João Diogo Urias dos. **Direito à Ocupação e Continuação de Empresas Via Gestão Operária: soluções jurídicas a partir de casos brasileiros**. (Dissertação de mestrado) Universidade de São Paulo – Faculdade de Direito. São Paulo, 2014.

SARTORI, Vitor Bartoletti. “Direito e fetichismo: forma-mercadoria e alienação na sociedade civil-burguesa”. EM: KASHIURA Jr, Celso; AKAMINE Jr., Oswaldo; MELO, Tarso de; CASALINO, Vinícius, (ed.) **Cadernos de Pesquisa Marxista do Direito**. v.1, n.1. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 169-188.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Coleção Os Economistas. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

SOARES, Moises Alves. **Direito e Revolução em Pêtr Stutchka**. EM: Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois, 2013, Niterói. Disponível em: <<http://www.niepmarx.com.br/>>. Acessado em 08 mai. 2015.

SOUZA, Carla Arantes de. **A aplicação do princípio da função social da empresa nos empreendimentos recuperados por trabalhadores: um estudo comparado entre Brasil e Argentina**. (Dissertação de mestrado) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

TROTSKII, Lev. O rabotchem kontrole nad proizvodstvom. **Biulleten’ Oppozitsii**, n. 24, setembro, 1931. Disponível em: <<http://web.mit.edu/fjk/www/FI/BO/BO-24.shtml>>. Acessado em 06/07/2015.

VASCONCELLOS, Felipe. **Controle Operário Como Direito**. (Dissertação de mestrado) Universidade de São Paulo – Faculdade de Direito. São Paulo, 2015.

VERAGO, Josiane Lombardi. **Fábricas Ocupadas e Controle Operário: Brasil e Argentina (2002-2010). Os casos da Cipla, Interfibra, Flaskô e Zanon**. Sumaré: Edições CEMOP, 2011.